



## GESTÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES QUE ATUAM EM BENEFÍCIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

Vanessa, A. S. COSTA<sup>1</sup>; Valquíria, D. RODRIGUES<sup>2</sup>; Jair, S. SOBRINHO<sup>3</sup>; Maria A. L. MENDES<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho se trata de um relato de experiência do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS *Campus* Muzambinho, o qual tratou como problema de pesquisa a questão: de que forma a gestão escolar contribui para que a formação continuada de professores seja realizada de modo que propicie uma educação de fato inclusiva? Tal problemática evidencia aspectos relevantes referente à valorização e ampliação de formação continuada voltada para a educação inclusiva. Diante disso, o estudo apresenta como objetivo geral analisar como a gestão escolar contribui para a formação continuada dos docentes, tomando como base o enfrentamento às dificuldades no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais da educação infantil. Como conclusão aponta-se, a necessidade da gestão escolar ofertar práticas de formação continuada para os docentes, com intuito de desenvolver uma educação de qualidade que atenda com excelência todos os alunos, valorizando as diferenças e promovendo a inclusão educacional.

**Palavras-chave:** Aperfeiçoamento Formativo de Professores; Direção Educacional; Inclusão Educacional.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência é um Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - *Campus* Muzambinho. O estudo propõe uma reflexão a partir da prática vivenciada na disciplina Prática Como Componente Curricular V - PCCV. A prática aqui descrita foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI - da rede municipal de uma cidade do Sul de Minas Gerais, a partir de reuniões com a equipe gestora, nas quais foram relatados apontamentos sobre o aumento de estudantes com necessidades especiais matriculados na escola e as dificuldades vivenciadas por docentes devido à falta de oferta de formação continuada com vistas ao atendimento de crianças com necessidades especiais. Por essa razão, foi decidido em conjunto com a gestão da escola a implementação de planejamento e de ações de formação sobre a temática da educação inclusiva, assunto caro às instituições escolares e, de modo específico, à instituição

<sup>1</sup>Discente do Polo Machado do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD, IFSULDEMINAS – *Campus* Muzambinho. E-mail: [vaapcosta@gmail.com](mailto:vaapcosta@gmail.com).

<sup>2</sup>Discente do Polo Machado do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD, IFSULDEMINAS – *Campus* Muzambinho. E-mail: [valquiriar1514@gmail.com.edu.br](mailto:valquiriar1514@gmail.com.edu.br).

<sup>3</sup>Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Muzambinho. E-mail: [Jair.sobrinho@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:Jair.sobrinho@muz.ifsuldeminas.edu.br).

<sup>4</sup>Professora Orientadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD -IFSULDEMINAS – *Campus* Muzambinho. E-mail: [maria.mendes@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:maria.mendes@muz.ifsuldeminas.edu.br)

pesquisada. Assim, partindo de tal viés, estabeleceu-se como problema de pesquisa a questão: de que forma a gestão escolar contribui para que a formação continuada de professores seja realizada de forma que propicie uma educação de fato inclusiva?

Dessa forma, é preciso promover um acolhimento satisfatório e qualificado aos estudantes com necessidades especiais. Sendo definido pelo Estatuto da PcD, Lei nº 13.146/2015 que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

Conforme, o embasamento em leis que regulam a educação especial e a inclusão de estudantes com necessidades especiais, é fundamental considerar e diferenciar os conceitos de educação especial e de educação inclusiva. Diante desse exposto, observa-se na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, Lei nº9.394 de 1996, em seu art. 58, a definição da Educação Especial como, “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Sendo assim, a Educação Inclusiva se diferencia da Educação Especial, pois não é definida como categoria, mas sim um processo de metodologias incluídas na educação básica.

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996- LDB 9394/96- é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar (Kassar, 2011, p. 71).

Neste viés, o presente estudo teve como objetivo geral analisar como a gestão escolar contribui para a formação continuada dos docentes, tomando como base o enfrentamento às dificuldades no processo de inclusão dos estudantes com necessidades especiais da educação infantil.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

O trabalho percorreu as seguintes etapas: escolha da PCC; planejamento; pesquisa; revisão bibliográfica e análise dos resultados. O arcabouço teórico foi construído a partir de pesquisas em repositórios oficiais da Capes, Plataforma Scielo, Google Acadêmico por meio das palavras-chave “Aperfeiçoamento Formativo de Professores”; “Direção Educacional” “Inclusão Educacional”; a fim de encontrar referenciais teóricos que corroborassem com a temática e com a discussão levantada a partir da reflexão da pesquisa em questão, de forma que se construísse um debate teórico balizado entre a prática e as teorias relacionadas.

Dessa forma, a prática desenvolvida foi uma roda de conversas com o tema: “Capacitação: Educação Inclusiva”, sendo realizada de forma presencial no dia 16/05/2022, em uma reunião com duração de 2 horas, estando presentes 25 profissionais do quadro de docentes do CEMEI, destacamos com ênfase a participação da equipe gestora em todas as etapas do projeto.

Na ocasião, uma psicóloga e uma neuropsicopedagoga convidadas esclareceram dúvidas e abordaram assuntos que objetivaram uma melhor qualidade na forma como a educação inclusiva é desenvolvida na instituição, explicando as características dos principais transtornos do neurodesenvolvimento, sendo especificamente sobre TOD (Transtorno Opositivo Desafiador), Autismo e TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), buscando assim aproximar os profissionais de educação das técnicas que auxiliam na identificação e diferenciação dos atrasos e/ou alterações do neurodesenvolvimento.

### **3. RELATO DA EXPERIÊNCIA**

A prática realizada trouxe variadas reflexões sobre a importância da formação continuada e os desafios enfrentados pelos docentes frente à educação inclusiva. Sendo que, apesar do pouco tempo disponibilizado para a realização da prática, os conteúdos abordados surtiram o efeito esperado que era o de tratar sobre a temática e esclarecer as dúvidas do público atendido. Neste sentido, é possível afirmar que o objetivo geral deste trabalho foi alcançado, pois a partir da pesquisa realizada constatou-se que a oferta de capacitação continuada para os docentes por parte da gestão escolar, contribui positivamente para a atuação dos professores em sala de aula, diminuindo assim, dificuldades no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Na sequência, respondendo ao problema de pesquisa proposto, elencou-se como possibilidade de melhoria nesta área a ampliação de ações que visem promover a criação de convênios com universidades com o objetivo de desenvolver projetos de formação continuada, palestras, cursos e seminários, que atendam a essa demanda formativa dos professores.

Neste viés, Fanizzi pontua que:

Para isso, universidades e escolas devem crer verdadeiramente nessa parceria e, a partir dessa crença, elaborar projetos com a inserção da universidade na escola e da escola na universidade, desde o planejamento das ações, no início de cada ano letivo/acadêmico (2023, p. 124).

Sendo assim, diante das questões encontradas na vivência desta prática, o que mais se destacou foi à insegurança e a formação insuficiente dos docentes para lecionar aulas para alunos com necessidades especiais. Deixando evidente que a formação continuada é uma ação a ser

pensada primordialmente, pois somente após, será possível garantir que todos tenham acesso a uma educação verdadeiramente inclusiva.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao analisar todo o desenvolvimento deste projeto e as complexidades vivenciadas, é possível reconhecer a importância de a gestão escolar oportunizar uma formação continuada que vise desenvolver nos docentes o hábito de realizar uma autoavaliação de desempenho sobre seu trabalho, buscando capacitar e formar profissionais reflexivos e críticos. Em conformidade com o exposto, Barbosa e Bernardi pontuam que “a formação continuada legitima o desenvolvimento profissional na medida em que possibilita ao/à professor/a refletir sobre a prática pedagógica, tornando-o/a protagonista de sua formação”. (2022, p.1039)

Pontua-se que também foi possível a reflexão sobre a importância do professor estar preparado para educar para a diversidade, valorizando as potencialidades dos estudantes com necessidades especiais e reconhecendo a diferença como um direito humano e garantindo que todo aluno permaneça na escola e tenha acesso a uma educação de qualidade e que se beneficie de um ambiente escolar saudável, em que as relações sociais sejam respeitadas e harmoniosas, favorecendo o crescimento pessoal e a produção de novas aprendizagens.

#### REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.C.; DOS SANTOS BERNARDI, L. Formação continuada na educação infantil: a escola é o lócus. **Retratos da Escola**, [S.L], v. 16, n.36, p.1031-1050, 2022.

DOI:10.22420/de.v16i36.1346. Disponível

em:<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1346>. Acesso em 23 jul.2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996.

FANIZZI, S. A parceria entre universidade e escola no percurso formativo do (futuro) professor que ensina matemática. **Ensino da Matemática em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 118–141, 2023. DOI: 10.23925/2358-4122.2023v10i55958. Disponível

em:<https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/55958>. Acesso em: 18 jul. 2023.

KASSAR, M. C. C. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.